

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E INOVAÇÃO SOCIAL NA PESCA ARTESANAL DO NORTE FLUMINENSE: perspectivas a partir da hélice quántupla e dos EVTEAS

Geraldo Marcio Timoteo
Professor do Programa de Sociologia Política da UENF
geraldotimoteo@uenf.br

Rachel Ferreira Klem de Mattos
Estudante de doutorado do Programa de Sociologia Política da UENF
rachel@uenf.br

Resumo

Os conflitos socioambientais resultam da sobreposição de interesses econômicos, políticos e culturais na gestão de territórios, afetando populações vulneráveis. Este estudo analisa comunidades de pesca artesanal no litoral do Rio de Janeiro, a partir do Projeto Pescarte, articulando a teoria da Hélice Quántupla e os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social (EVTEAS). O objetivo é compreender de que maneira instrumentos participativos podem mitigar impactos socioambientais, fortalecer a organização comunitária e valorizar o trabalho tradicional. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com análise documental e observação participante e incorporando legislações. A fundamentação teórica integra Boaventura de Sousa Santos, Carayannis e Campbell, Mészáros e Capra, permitindo discutir a função social da ciência, a justiça cognitiva e a inovação democrática. Os resultados apontam que os EVTEAS, quando aplicados em diálogo com saberes locais e com a participação de universidades públicas, ampliam a capacidade de planejamento sustentável, diagnosticando riscos, prevenindo deslocamentos forçados e criando alternativas de geração de trabalho e renda. Conclui-se que a integração entre conhecimento científico, práticas tradicionais e mecanismos de avaliação multidimensional é fundamental para promover justiça socioambiental e consolidar um modelo de desenvolvimento que reconheça a centralidade do ambiente e da sociedade. Palavras-chave: conflitos socioambientais; inovação social; pesca artesanal.

Abstract

Socio-environmental conflicts result from overlapping economic, political and cultural interests in the management of territories, affecting vulnerable populations. This study analyzes artisanal fishing communities on the coast of Rio de Janeiro, based on the Pescarte Project, articulating the Quintuple Helix theory and the Technical, Economic, Environmental and Social Feasibility Studies (EVTEAS). The objective is to understand how participatory instruments can mitigate socio-environmental impacts, strengthen community organization and value traditional work. The research adopts a qualitative approach, with documentary analysis and participant observation and incorporating legislation. The theoretical foundation integrates Boaventura de Sousa Santos, Carayannis and Campbell, Mészáros and Capra, allowing us to discuss the social function of science, cognitive justice and democratic innovation. The results indicate that EVTEAS, when applied in dialogue with local knowledge and with the participation of public universities, expand the capacity for sustainable planning, diagnosing risks, preventing forced displacement and creating alternatives for generating work and income. It is concluded that the integration between scientific knowledge, traditional practices and multidimensional assessment mechanisms is fundamental to promoting socio-environmental justice and consolidating a development model that recognizes the centrality of the environment and society.

Keywords: socio-environmental conflicts; social innovation; artisanal fishing.

1. Introdução

Os conflitos socioambientais constituem fenômenos complexos que emergem na interseção entre desigualdades sociais, políticas de desenvolvimento econômico e gestão dos territórios. No Brasil, tais conflitos são frequentemente percebidos em comunidades tradicionais, especialmente nas áreas de pesca artesanal, em que trabalhadores e trabalhadoras enfrentam desafios relacionados à posse, ao uso sustentável do território e às limitações das políticas públicas. Esse contexto evidencia tanto a vulnerabilidade social dessas comunidades quanto a ausência de mecanismos adequados de compensação ambiental.

O presente artigo analisa os conflitos socioambientais vivenciados por comunidades pesqueiras tradicionais, utilizando como estudo de caso o Projeto Pescarte, que articula a pesca artesanal com inovação social, a Hélice Quíntupla e os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social (EVTEAS). O objetivo é compreender como esses instrumentos podem atuar na mitigação de impactos, na valorização do trabalho e no fortalecimento da organização comunitária.

A metodologia adotada combina pesquisa qualitativa e análise documental, baseada em observação participante das atividades do Projeto Pescarte e análise de documentos institucionais, EVTEAS e legislações aplicáveis (Lei nº 10.973/2004, Lei nº 9.809/2022 e Marco Legal da CTI).

O artigo está estruturado em três seções: a fundamentação teórica sobre conflitos socioambientais e inovação social; o desenvolvimento do estudo de caso, incluindo análise das práticas do Pescarte e da aplicação dos EVTEAS; e, por fim, as considerações finais que discutem as contribuições da pesquisa para a compreensão e mitigação dos conflitos socioambientais.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Conflitos socioambientais e desigualdade

Os conflitos socioambientais surgem a partir da disputa por recursos naturais e do desequilíbrio de poder entre atores sociais. Segundo Martinez-Alier (2002), tais conflitos frequentemente ocorrem em regiões com desigualdade econômica acentuada, onde populações vulneráveis sofrem impactos ambientais e sociais não compensados. A legislação e os mecanismos de governança podem ser tanto arenas democráticas de mediação quanto instrumentos de perpetuação da desigualdade (Bobbio, 1999; Santos, 2009).

No contexto da pesca artesanal, os conflitos manifestam-se em disputas por espaço de pesca, acesso a mercados, regulamentações ambientais e projetos de desenvolvimento econômico que desconsideram os modos de vida tradicionais. Esses elementos convergem para a exclusão territorial e socioeconômica, reforçando a necessidade de políticas públicas inclusivas e participativas.

2.2 Inovação social e Hélice Quíntupla

A inovação social pode ser compreendida como um processo por meio do qual comunidades desenvolvem, adaptam ou apropriam-se de soluções coletivas capazes de transformar realidades marcadas por desigualdades socioambientais, fortalecendo sua autonomia, sua capacidade de ação e seus recursos institucionais. Trata-se, portanto, de um mecanismo de empoderamento comunitário, na medida em que permite que sujeitos

historicamente marginalizados participem ativamente da formulação de respostas para os desafios que enfrentam, ampliando as condições para o exercício de direitos, para o desenvolvimento sustentável e para a consolidação de formas mais democráticas de governança territorial.

Nesse sentido, a abordagem da Hélice Quíntupla, formulada por Carayannis e Campbell (2009), é particularmente relevante, pois propõe um modelo de inovação que integra cinco esferas fundamentais: universidade, indústria, governo, sociedade civil e meio ambiente. Essa articulação amplia o foco tradicional de inovação — muitas vezes restrito ao desenvolvimento tecnológico — e passa a reconhecer que processos inovadores devem incorporar dimensões sociais, culturais e ecológicas para gerar impactos duradouros. Assim, a inovação deixa de ser entendida apenas como resultado de avanços científicos ou produtivos e passa a ser concebida como fenômeno sistêmico, dependente da interação contínua entre atores diversos e orientado por valores como sustentabilidade, justiça social e inclusão.

Ao inserir o meio ambiente como um agente ativo na dinâmica da inovação, a Hélice Quíntupla reforça que soluções inovadoras precisam dialogar com as condições ecológicas do território e com os saberes locais, frequentemente presentes em comunidades tradicionais.

Da mesma forma, ao destacar a sociedade civil como protagonista, o modelo reconhece a importância de processos participativos e colaborativos para a construção de soluções socialmente legitimadas e adaptadas às especificidades dos contextos locais.

No âmbito da pesca artesanal, a inovação social assume papel estratégico ao integrar o conhecimento científico, a organização comunitária e políticas públicas, criando respostas coletivas e adaptativas frente aos conflitos socioambientais. Boaventura de Sousa Santos (2010) reforça a necessidade de reconhecer epistemologias do Sul, valorizando saberes locais e práticas comunitárias como instrumentos de justiça cognitiva e democratização da ciência.

Para Boaventura de Sousa Santos (2002, 2010), a modernidade ocidental construiu um modelo de racionalidade que se pretendeu universal, mas que, na prática, produziu exclusões epistêmicas profundas. A ciência moderna, em sua pretensão de objetividade e neutralidade, consolidou um regime de verdade que deslegitimou outros modos de conhecer e de viver. Essa monocultura do saber científico — conceito fundamental em sua obra — sustenta não apenas uma hierarquia cognitiva, mas também uma hierarquia social e política. Assim, as epistemologias do Norte global, vinculadas à expansão do capitalismo e do colonialismo, converteram-se em instrumentos de dominação e silenciamento das epistemologias do Sul.

A proposta de Boaventura é a construção de uma ecologia de saberes, isto é, um sistema aberto de trocas e diálogos entre diferentes racionalidades, no qual nenhuma forma de conhecimento detém monopólio da verdade. Essa ecologia implica reconhecer que todos os saberes são incompletos e que a interdependência entre eles é condição para enfrentar os desafios contemporâneos, especialmente os de natureza socioambiental. A justiça cognitiva, nesse contexto, é compreendida como o direito de todos os grupos sociais à produção e à validação de seus próprios conhecimentos, bem como à participação nos processos decisórios que envolvem a ciência e a tecnologia.

A análise dos conflitos socioambientais requer ainda uma abordagem interdisciplinar, que articule sociologia, direito, economia, ciência ambiental e políticas públicas. István Mészáros (2002) e Fritjof Capra (1996) destacam a importância de abordagens sistêmicas e

críticas para compreender a complexidade das relações entre sociedade, economia e meio ambiente.

A obra de Fritjof Capra (1996, 2002) complementa essa discussão ao introduzir o pensamento sistêmico como fundamento para uma nova compreensão da ciência e da sustentabilidade. Capra argumenta que o paradigma mecanicista herdado de Descartes e Newton, baseado na fragmentação e na causalidade linear, tornou-se inadequado para compreender os sistemas complexos da vida. Em seu lugar, propõe um paradigma ecológico, que reconhece a interconexão, a circularidade e a interdependência entre todos os elementos do sistema planetário.

O pensamento sistêmico de Capra inspira uma visão da ciência como rede de relações e não como acúmulo de verdades isoladas. Nessa perspectiva, a sustentabilidade não é um estado fixo, mas um processo dinâmico de equilíbrio entre sociedade, economia e ecossistemas. O conhecimento científico deve, portanto, dialogar com o conhecimento ecológico tradicional, que historicamente tem orientado práticas de manejo sustentável e convivência harmônica com o ambiente. Essa integração entre ciência e sabedoria ecológica tradicional é condição para o que Capra denomina alfabetização ecológica, um novo modo de pensar que reconecta o humano ao mundo natural.

A aplicação desse paradigma aos instrumentos de planejamento, como os EVTEAS, implica reconhecer que a viabilidade de um empreendimento não pode ser reduzida à sua dimensão técnica ou econômica. Ela envolve também fatores sociais, culturais e ambientais, interligados de forma sistêmica. Ao incorporar múltiplas dimensões e metodologias participativas, os EVTEAS tornam-se ferramentas capazes de traduzir o pensamento sistêmico em prática institucional, promovendo decisões mais sustentáveis e inclusivas.

A contribuição de István Mészáros (2002) é fundamental para compreender o potencial emancipatório da ciência e do trabalho na superação das contradições do capital. Em *Para além do capital*, Mészáros argumenta que a lógica do sistema capitalista subordina todas as esferas da vida à acumulação e à mercantilização, inclusive o conhecimento científico. O resultado é uma ciência instrumentalizada, orientada pela eficiência produtiva e pela rentabilidade, que frequentemente ignora suas consequências sociais e ambientais. Para romper com essa lógica, é necessário recuperar a dimensão ontológica do trabalho como atividade criadora e transformadora.

A ciência, nesse sentido, deve ser compreendida como parte do metabolismo social — um processo de mediação entre o ser humano e a natureza. Quando orientada por valores de solidariedade e cooperação, a ciência pode contribuir para reorganizar as relações entre produção, meio ambiente e comunidade. Essa é a base da inovação social, que se diferencia da inovação capitalista por priorizar a satisfação de necessidades humanas e a preservação da vida. A emancipação, para Mészáros, só é possível quando a ciência e o trabalho deixam de ser instrumentos de exploração e tornam-se expressões da criatividade humana voltada ao bem comum.

Ao relacionar Mészáros a Boaventura, percebe-se que a emancipação social está intrinsecamente ligada à emancipação cognitiva. Uma ciência orientada pela justiça cognitiva é também uma ciência emancipadora, pois rompe com a subordinação do conhecimento ao capital e o coloca a serviço da vida. Essa perspectiva se articula diretamente com a ideia de função social da ciência: produzir conhecimento que contribua para reduzir desigualdades, proteger o ambiente e fortalecer a autonomia dos povos.

Dessa forma, a inovação social, quando analisada à luz da Hélice Quíntupla, revela-se como instrumento estratégico para promover desenvolvimento com justiça cognitiva,

inclusão comunitária e sustentabilidade ambiental, especialmente em territórios marcados por conflitos, vulnerabilidades e desigualdades históricas.

3. Desenvolvimento do Tema – Estudo de Caso Pescarte

O Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA na Bacia de Campos e foi oficialmente lançado em maio de 2014, promovendo a organização cooperativa, a valorização do trabalho artesanal e a inovação social por meio de práticas sustentáveis. A iniciativa busca integrar o conhecimento científico às práticas tradicionais, garantindo participação comunitária, geração de renda e preservação ambiental.

Desenvolvido pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), com apoio institucional e financeiro da Petrobras, o projeto tem como eixo central a mitigação dos impactos socioambientais decorrentes da exploração de petróleo e gás na região, concentrando-se no fortalecimento da organização social das comunidades pesqueiras. Já em seu primeiro ano de execução, o PESCARTÉ passou a produzir efeitos expressivos nas 35 comunidades de pescadores artesanais distribuídas em 10 municípios, por meio de ações de formação e capacitação orientadas para a construção de trajetórias de desenvolvimento sustentável e inclusão socioproductiva.

A pesquisa identificou a presença de conflitos característicos das dinâmicas socioambientais envolvendo comunidades pesqueiras tradicionais, especialmente aqueles relacionados à disputa por recursos naturais e áreas de pesca, ao deslocamento forçado decorrente de pressões externas e à consequente vulnerabilidade social, bem como ao descompasso entre a legislação vigente e as práticas tradicionais que estruturam os modos de vida locais.

Em resposta a esses desafios, foram desenvolvidas estratégias de mitigação que abarcaram a criação de instâncias comunitárias participativas, o fortalecimento das capacidades locais por meio de formação técnica em gestão ambiental, o estabelecimento de parcerias com universidades públicas para assegurar acompanhamento científico e jurídico contínuo.

A terceira fase do PEA Pescarte, realizada entre janeiro de 2021 e dezembro de 2024, caracterizou-se por um aprofundamento do fortalecimento comunitário e socioambiental dos sujeitos envolvidos nas ações educativas. Nessa etapa, o projeto intensificou processos de formação voltados à participação qualificada das comunidades locais na gestão ambiental e na estruturação de cooperativas de pesca artesanal, ampliando as condições de autonomia, geração de trabalho e incremento de renda.

Essa fase foi igualmente marcada pela aquisição e formalização de terrenos destinados à implantação de cooperativas de pesca artesanal em municípios como São Francisco do Itabapoana, Cabo Frio, Quissamã e Arraial do Cabo, entre outros. Tal avanço representa um marco significativo para a autonomia econômica das comunidades pesqueiras e demonstra a capacidade do projeto de converter esforços coletivos em infraestrutura produtiva concreta, consolidando bases mais robustas para a promoção de um desenvolvimento territorial sustentável.

Os Projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTR) vinculados ao PEA Pescarte são iniciativas socioeconômicas ambientalmente responsáveis pensadas para a atuação de pescadores e pescadoras artesanais e seus núcleos familiares em 10 municípios da Bacia de Campos. Para tanto a materialização dos PGTR foi necessária a elaboração de um conjunto

de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social – EVTEAS). Esses estudos contemplaram seis tipologias de PGTR: Unidades de Beneficiamento de Pescado (UBP) de pequeno, médio e grande porte; Unidades de Produção Aquícola; Fábricas de Farinha de Peixe; e Unidades de Maricultura. Cada tipologia demandou a definição de metodologias, técnicas e equipamentos específicos para viabilizar sua implementação, assegurando eficiência produtiva, desenvolvimento social e sustentabilidade econômica e ambiental.

Os EVTEAS constituem instrumentos de planejamento que integram análises de viabilidade técnica (possibilidade de implantação), econômica (retorno e sustentabilidade financeira), ambiental (efeitos e riscos ambientais) e social. No que se refere a esta última dimensão, os estudos demandam a compreensão dos sujeitos coletivos envolvidos e a consideração dos significados simbólicos, históricos e culturais atribuídos pelas comunidades aos seus modos de vida, às suas práticas produtivas e aos territórios que habitam. Assim, configuram-se como produtos de um processo dialógico que envolve as comunidades pesqueiras, o poder público, diferentes atores do setor pesqueiro e o apoio da Petrobras.

Desta forma, os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social (EVTEAS) configuram-se como instrumentos analíticos fundamentais para a compreensão integrada de contextos socioambientais complexos. Esses estudos permitem diagnosticar de forma ampla os impactos socioambientais decorrentes de empreendimentos locais, subsidiar a elaboração de políticas destinadas à mitigação e mediação de conflitos, bem como fomentar soluções inovadoras orientadas pela sustentabilidade, articulando os saberes e as capacidades institucionais da universidade, do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo.

Em síntese, os estudos orientam a escolha das alternativas mais adequadas para cada empreendimento antes de sua implementação, funcionando como instrumentos estratégicos para o planejamento territorial sustentável. No total, estão previstos 21 empreendimentos distribuídos entre os municípios contemplados pelo projeto.

Como se vê, o projeto Pescarte, em defesa da justiça cognitiva, portanto, desloca o centro da produção científica do laboratório para o território, do especialista para o coletivo e da hierarquia epistêmica para o diálogo intercultural. Esse movimento de descentralização do saber tem implicações diretas para a formulação de políticas públicas e instrumentos de planejamento, como os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social (EVTEAS), que ganham maior legitimidade quando incorporam metodologias participativas e respeitam o pluralismo cognitivo.

Os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social (EVTEAS) surgem, nesse contexto, como instrumentos institucionais que podem expressar o compromisso da ciência com a sociedade. Embora sejam originariamente ferramentas de gestão e planejamento, seu potencial democrático e emancipatório depende da forma como são aplicados. Quando realizados de maneira participativa e interdisciplinar, os EVTEAS transcendem sua função burocrática e tornam-se espaços de diálogo entre diferentes saberes.

A dimensão técnica desses estudos, tradicionalmente centrada na análise de custos, riscos e impactos ambientais, pode ser ampliada para incluir as dimensões sociais e culturais do território. Isso significa que a viabilidade social de um empreendimento não é apenas uma variável quantitativa, mas um campo qualitativo de negociações, percepções e valores. Ao incorporar a participação de comunidades locais e de universidades públicas, os EVTEAS se

convertem em instrumentos de governança participativa, capazes de identificar riscos sociais, prevenir deslocamentos forçados e criar alternativas sustentáveis de trabalho e renda.

Essa perspectiva está alinhada ao pensamento de Capra, ao enfatizar a interdependência entre os sistemas humano e natural; ao de Boaventura, ao reconhecer o valor dos saberes locais; e ao de Mészáros, ao reafirmar a centralidade do trabalho como mediação emancipatória. Sob a ótica da Hélice Quíntupla, os EVTEAS representam um ponto de encontro entre as cinco dimensões da inovação: o conhecimento científico (universidade), a política pública (governo), a economia (setor produtivo), a sociedade civil (comunidades e organizações) e o meio ambiente (condição de sustentabilidade).

Quando articulados de forma coerente, esses elementos transformam os EVTEAS em espaços de inovação democrática, nos quais a ciência deixa de ser uma prática isolada e se torna uma rede de relações sociais e ambientais. A democratização da ciência, nesse sentido, não se resume ao acesso aos resultados, mas envolve a coprodução do conhecimento, a transparência nos processos decisórios e o reconhecimento da diversidade epistemológica como valor público.

4. Considerações Finais

A análise realizada evidencia que os conflitos socioambientais presentes na pesca artesanal não constituem meras disputas localizadas, mas expressam dinâmicas estruturais marcadas por desigualdades históricas, vulnerabilidades sociais persistentes e fragilidades na governança territorial. A integração entre a abordagem da Hélice Quíntupla, os processos de inovação social e o uso qualificado dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social (EVTEAS) mostra-se especialmente promissora para compreender e enfrentar tais desafios. Esses referenciais, ao articular universidade, governo, setor produtivo, sociedade civil e ambiente, oferecem um quadro analítico capaz de orientar estratégias de mitigação de impactos socioambientais, de fortalecimento da organização comunitária e de valorização dos saberes tradicionais e do trabalho artesanal. Trata-se de uma perspectiva que evidencia a necessidade de respostas integradas, colaborativas e democráticas para problemas complexos, articulando sustentabilidade, justiça cognitiva e inclusão social.

Esse cenário dialoga diretamente com uma agenda teórica mais ampla, que articula justiça cognitiva, função social da ciência e inovação democrática. O pensamento de Boaventura de Sousa Santos contribui para desestabilizar a hegemonia epistêmica e convoca uma ciência plural, dialógica e comprometida com a dignidade dos grupos historicamente silenciados. A proposta sistêmica e participativa de inovação elaborada por Carayannis e Campbell amplia o escopo do debate, mostrando que a transformação social depende da interação contínua entre múltiplos atores. As reflexões de Mészáros revelam os limites estruturais que condicionam a emancipação humana sob a lógica do capital, enquanto a visão ecológica e integrada de Capra fornece bases para compreender a interdependência entre sistemas sociais e naturais. Em conjunto, esses autores apontam para a urgência de reconfigurar a relação entre conhecimento, poder e sustentabilidade, reposicionando a ciência como instrumento de justiça e transformação social.

A aplicação prática desses fundamentos demonstra que processos decisórios se tornam mais robustos e legítimos quando articulam conhecimento técnico, saberes comunitários e percepções ecológicas. A viabilidade de um empreendimento, portanto, não pode ser reduzida a indicadores econômicos: ela precisa dialogar com critérios éticos, sociais e ambientais, expressando a inseparabilidade entre justiça cognitiva e função social da ciência. Ao democratizar a produção, a interpretação e a aplicação do conhecimento, abrem-

se espaços para que a inovação deixe de ser privilégio institucional e se converta em processo coletivo de transformação territorial.

Essa é, em última análise, a essência da inovação democrática: promover a coprodução de soluções que respeitem a pluralidade de saberes, fortaleçam a autonomia comunitária, regenerem ecossistemas e ampliem a capacidade social de governar o território de forma participativa. O estudo demonstra que compreender os conflitos socioambientais como fenômenos multidimensionais implica reconhecer a necessidade de estratégias inovadoras, interdisciplinares e integradas, capazes de articular o técnico e o comunitário, o científico e o tradicional, o humano e o ambiental. O desafio contemporâneo da ciência é reinventar-se como prática social comprometida com a vida, orientada não apenas para explicar o mundo, mas para transformá-lo de maneira justa, solidária e ambientalmente sustentável.

No Pescarte, os EVTEAS atuam como ferramenta de planejamento participativo, permitindo identificar riscos, propor soluções mitigadoras e fortalecer a resiliência socioambiental das comunidades, reforçando a capacidade das comunidades de negociar, resistir e inovar frente a processos excludentes, consolidando uma abordagem de inovação social sistêmica e interdisciplinar.

Referências

- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARAYANNIS, E. G.; CAMPBELL, D. F. J. *Triple Helix, Quadruple Helix and Quintuple Helix and How Do Knowledge, Innovation and the Environment Relate to Each Other?* International Journal of Social Ecology and Sustainable Development, v. 1, n. 1, p. 41–69, 2009.
- MARTINEZ-ALIER, J. *The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation*. Edward Elgar, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: fundamentos para uma teoria crítica da sociedade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SANTOS, B. S. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa e do pluralismo jurídico*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.